



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE  
PROCURADORIA

---

**ASSUNTO:** requerimento de parecer acerca do  
Projeto de Lei n. 135/2025

Senhor Procurador Chefe:

1. Vossa Senhoria encaminhou requerimento formulado pela Comissão Permanente de Justiça e Redação, pelo qual foi solicitada a emissão de parecer jurídico acerca do projeto de lei em epígrafe, cujo objeto é a instituição, no Município de Santa Bárbara d'Oeste, do Programa Municipal Permanente sobre o processo de Adoção Legal e Prevenção ao Tráfico de Crianças.

2. Relatado.

3. O projeto de lei enviado a parecer jurídico teve seu prazo suspenso<sup>1</sup>, não sendo caso de nomeação de relator especial (art. 44, RICMSBO).

4. Os artigos 1º e 2º do projeto de lei ora analisado encontram parâmetros de constitucionalidade em pacífica jurisprudência do TJ/SP, conforme analisado por esta Procuradoria no parecer jurídico n. 34/2016.

5. A criação de programas e a fixação de data e eventos pelo vereador em calendário oficial não contraria a regra constitucional de separação de poderes, até porque não é garantia a realização efetiva do evento pela Prefeitura Municipal, havendo uma autorização genérica para a realização de despesas e organização de eventos.

6. Contudo, os artigos 4º e 5º violam a competência privativa do Poder Executivo, pois vai além de impor obrigações à Administração Municipal,

---

<sup>1</sup> Dispõe o artigo 90, § 4º, do RICMSBO: “§ 4º - Havendo requerimento de consultas a órgãos especializados, ou pareceres técnicos, o trâmite será suspenso até que se culminem os procedimentos necessários.”.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE  
PROCURADORIA

por meio de prescrições genéricas e abstratas, impondo atribuições à órgãos específicos da Administração. Sobre esse aspecto, extrai-se da jurisprudência recente do Tribunal de Justiça o seguinte parâmetro para se verificar o texto de projeto de lei que viola a iniciativa privativa do poder executivo:

A lei municipal ora questionada em fiscalização abstrata de constitucionalidade foi publicada com o seguinte teor: “Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal de Taquarituba a criar uma extensão da Farmácia Municipal no Bairro dos Aleixos, objetivando a distribuição de todos os tipos de medicamentos concedidos na rede pública.

(...).

É certo que, embora seja possível ao Legislativo determinar que o poder Executivo zele pelo bem-estar geral dos munícipes, isso deverá se dar por meio de **prescrições genéricas e abstratas**, que apontem os fins últimos colimados, deixando a cargo do Poder Executivo os meios para que tais finalidades sejam atingidas.

(...)

Bem configurada, destarte, a inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, assim como a violação ao “princípio da separação de poderes”, consagrado no art. 5º da CE. (Direta de Inconstitucionalidade nº 2328397-25.2024.8.26.0000. Data do julgamento: 28/05/2025).

7. Desse julgado pode se retirar a lição de que o texto do projeto de lei deve ser redigido pelo membro do Poder Legislativo contemplando prescrições genéricas e abstratas, sem disciplinar minunciosamente o modo de agir do Poder Executivo e de seus órgãos.

8. Diante do exposto, opina-se pela constitucionalidade dos do projeto de lei, recomendando-se que se proceda a exclusão, por meio de emenda, dos artigos 4º e 5º.

Santa Bárbara d'Oeste, 6 de outubro de 2025.

**RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE**  
Procurador Legislativo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE**



### **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=KJN401FSYBE4W95P> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: KJN4-01FS-YBE4-W95P**



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: KJN4-01FS-YBE4-W95P